

Contribuições do movimento LGBT para educação brasileira: uma revisão bibliográfica

Maria Luisa Barros Santos Lucena ¹
Allan John Tavares Coelho ²
Pâmela de Souza Gonzaga ³

RESUMO

O presente artigo se trata de uma revisão bibliográfica orientada a uma discussão sobre a relevância dos movimentos sociais, sobretudo do movimento LGBT, caracterizados por suas ações coordenadas as quais seguem um mesmo fluxo na busca de um equilíbrio de forças políticas na demanda explorada, que nesse estudo faz referência ao cenário educacional brasileiro. Inicialmente, fazemos uma breve conceituação histórica sobre os movimentos sociais, além do próprio movimento LGBT e sua indubitável relação com a educação. Em seguida, depois de encontrar os artigos relacionados a temática da pesquisa, após a aplicação dos descritores na base de dados escolhida, foi possível conduzir a discussão proposta. Os resultados apontaram à uma influência positiva do movimento LGBT na educação, ao mesmo tempo que é percebido retrocessos dentro do ambiente escolar, em função de um cenário conservador, em que o ensino sobre a sexualidade humana ainda é visto como um tabu, corroborando para a permanência da violência contra a diversidade no ambiente escolar. Dessa forma, há o reconhecimento das lutas e o porquê da escassez de produção na área, visto ser um tema de extrema relevância.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; LGBT; Educação.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são importantes para a compreensão da própria sociedade, pois representam um jogo de poder que é travado entre os grupos, sendo compreendido como campo de atividade e experimentação social, espaço de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2011). Na década de 1960, percebe-se uma mudança nas configurações dos movimentos sociais e, conseqüentemente, nas teorias que objetivavam estudá-los. Eram, pois, tratados como “movimentos”, pois as ações eram coordenadas, seguindo o mesmo sentido, que aconteciam fora das

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, malubasan14@gmail.com;

² Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, allanjohncoelho@gmail.com;

³ Professora orientadora, mestre da Universidade Estadual da Paraíba, - UEPB, pamela.de.sg@gmail.com.

instituições políticas, porém não eram mobilizadas pelos proletários. Eram diversas as camadas, gêneros, grupos, formados por jovens, mulheres, estudantes, de maior concentração da classe média, levantando bandeiras, que a priori, foram vistas como novas, já que não eram mais voltadas às condições de vida, ou má distribuição de recursos, todavia, volta-se para a promoção de qualidade de vida, além das diversas formas de vivê-la (ALONSO, 2009).

É pelo reconhecimento da magnitude da influência dos movimentos sociais à sociedade, que segundo Sandoval e Silva (2016) se constrói através da busca por um equilíbrio político em relação a um jogo de poder desfavorável a uma determinada minoria, assim como dos resultados conquistados por meio da luta desses movimentos, o presente trabalho se desenvolve de modo a identificar como o movimento social LGBT+ amplifica e consolida as discussões próprias de uma agenda voltada à educação, uma vez que causam grandes impactos e enfrentam um caminho imenso de debates, inclusões, ressignificações, além de tudo, desconstrução do olhar patológico para o normal, posto que a educação proporciona o desenlace de pré-conceitos formados.

Mesmo que breve, é válido explorar os diversos contextos e repercussões que o movimento social LGBT, da sua devida origem até os dias atuais, tais como suas diretrizes e pautas, foram, e ainda são capazes de operar modificações à um nível macrossocial, desde que se atente para um referencial teórico que busque embasar tais perspectivas, sobretudo, que reforce as causas pelas quais o movimento ainda se mantém em constante atividade na luta pelos direitos LGBT+ e de todos que lutam por uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos de qualquer espécie. O campo da educação aparece como o plano de fundo para as questões propostas no trabalho, fazendo transparecer outros elementos próprios de seu arcabouço quando relacionado ao universo dos movimentos sociais.

O trabalho desenvolvido se caracteriza pela relevante temática acerca do movimento LGBT+, e o quanto este contribuiu para a discussão e transformações nos espaços educacionais de forma a serem inclusivos, ao longo do tempo, nas diversas tentativas de transfigurar o rígido aparato escolar brasileiro, de maneira a ampliar o pensamento crítico, uma vez que a educação pode promover desconstruções dos olhares e ensinamentos conservadores, abrindo as portas ao mundo real.

Diante disto, objetivamos identificar quais foram as transformações encontradas nas publicações sobre o tema, além de nos aproximar das consequências apontadas a

partir destas transformações. Nos interessa conhecer o cenário brasileiro e, na relação entre o movimento LGBT e os espaços educacionais, observar se há retrocesso e aumento das repressões atualmente, além de verificar como estão as produções atuais acerca da temática.

METODOLOGIA

O trabalho apresentado tem o seu formato de pesquisa associado a uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa que nessa modalidade é inserida numa perspectiva que segundo Minayo (2004) possibilita a compreensão descritiva de um fenômeno sem que haja o risco de sugerir pejorativamente a realidade observada, consolidando o objeto da pesquisa tal qual ele se apresenta.

Dada a amplitude dos resultados anexados ao fenômeno observado foram delimitadas algumas etapas para a execução do trabalho. A primeira se deu através da escolha dos descritores utilizados na pesquisa, sendo eles: “LGBT\$ AND Educação”. Em seguida, foi selecionada a base de dados Scielo para aplicação dos descritores sugeridos, além dos critérios de inclusão postos a seguir: trabalhos que se encaixam no formato de artigos de língua portuguesa publicados no Brasil. Tendo aplicado o procedimento descrito na base exposta obteve-se um total de 32 artigos.

Em acordo com o objetivo da pesquisa os artigos coletados foram expostos a análise de conteúdo elucidada por Bardin (2011). De acordo com Franco (2018) a análise de conteúdo tem a sua origem através da mensagem, nas suas diferentes classificações, ao relacionar os dados obtidos às condições contextuais daqueles que a produzem, apresentando descobertas de relevância teórica ao refletir sobre os objetivos da pesquisa mediante a captação do conteúdo das mensagens, produzindo inferências sobre o processo comunicativo em que estiver atuando. Nessa perspectiva, foram elaboradas quatro categorias de análise: “Movimentos Sociais”; “Educação”; “Violência”; “Ideologia de gênero”. Os 32 artigos foram apreciados com apenas 13 deles se adequando à discussão proposta por abrangerem a extensão da presente pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

As conquistas do movimento LGBT no campo da sexualidade, expressão e identidade de gênero, vão muito além daquilo que é perceptível para o senso comum naquilo que tangia inicialmente a um mero estereótipo de “comportamento homossexual”. Gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais, travestis e muitos outros sujeitos, foram aos poucos, garantindo seu espaço de fala e de vivência outrora questionado pela sociedade. Mesmo através da visibilidade de sua luta, reconhecidas pelo envolvimento do Estado na criação de políticas governamentais que contemplem essa população, além de uma discussão a nível público de suas demandas, ainda é preciso se atentar aos obstáculos, principalmente nos retrocessos, que surgem no cenário social (FACHINNI, 2009).

O movimento LGBT apareceu no Brasil por volta do final dos anos 1970, naquela época sendo conhecido como “movimento homossexual”, num contexto em que a ditadura militar brasileira, mesmo caminhando para seu fim, destituía direitos civis, afetando diretamente a liberdade sexual seja ela de homens ou mulheres, fazendo emergir novos grupos que pudessem lutar a favor do rompimento dos grilhões do conservadorismo enraizado naquela época (FACCHINI, op cit). Ao longo dos anos, a diversificação dos grupos, a politização e profissionalização de ativistas, a extensão das relações, tudo isso dentro do movimento LGBT, contribuíram para que outras reflexões passassem a incorporar o movimento gerando impactos que não eram observados em sua gênese.

Detendo-se o olhar para a realidade vivenciada entre pessoas que se identificam como LGBT, observa-se a existência de relações estabelecidas entre diversos marcadores sociais de diferença relativamente à produção de vulnerabilidades e de diferenças na produção da constituição de lugares. Assim, diferentes segmentos dentro do próprio movimento se identificam com distintas formas de se relacionar com os lugares e espaços, variando-se conforme gênero, sexualidade, classe, cor e geração (SIMÕES, et al., 2008; MONTEIRO; VARGAS; CECCHETTO, 2008).

Em suma, a trajetória do movimento LGBT é uma história de apropriação e disputa coletiva de sentido em torno de categorias que foram estigmatizadas. Debates importantes têm sido travados, apesar das dificuldades encontradas. Dentre os desafios, destaca-se a fragmentação do movimento, dada as implicações no enfraquecimento político das ações em favor do movimento como um todo (VERGILI; BRASIL; CAPELLA, 2015). Entretanto, é fundamental reconhecer o lugar desses sujeitos

políticos, os quais buscam lidar com essa pluralidade e se afirmar como sujeitos de direitos e integrantes de uma comunidade mais abrangente composta pelos cidadãos brasileiros.

É comum a valorização da educação como uma atividade atrelada ao desenvolvimento pessoal, tanto para a aquisição de conhecimentos práticos quanto à formação de uma consciência crítica do meio em que estivermos inseridos. Diante desse fato a educação pode ser considerada um componente intrínseco das relações sociais, pois é capaz de transformar drasticamente a compreensão de como tais relações são experienciadas, ao mesmo tempo que é atravessada conjuntamente por fatores políticos, culturais e pedagógicos empregues por cada sociedade (DOURADO e OLIVEIRA, 2009).

Apesar do reconhecimento da natureza supracitada, a educação pode ser utilizada como uma ferramenta não mais de criticismo da realidade, mas sim de alienação junto a um rígido controle disciplinar, quando submetida, sem qualquer tipo de questionamento, a autoridade inerente aos fatores que a atravessam. Na presença do cenário destacado, a pluralidade imanente da escola é questionada ao ponto de ser segregada, afastando-se da construção de um ambiente favorável à educação integral de todos. Os docentes encarregados de operar as práticas pedagógicas podem encontrar dificuldades naquilo que tange à explicação da sexualidade humana, assim como a homofobia e outras formas de preconceito tem potencial de serem reproduzidas (PEREIRA e BAHIA, 2011)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na análise dos 32 artigos que compuseram nossa amostra pudemos organizá-los quanto ao ano de publicação, de modo a serem encontrados: 5 de 2021, 7 de 2020, 6 de 2019, 5 de 2018, 2 de 2017, 1 de 2016, 3 de 2015, 2 de 2014 e 1 de 2011. Esses dados apontam que a produção de artigos envolvendo o movimento LGBT unido ao universo da educação vem aumentando. Podemos observar também que a metodologia predominante nos estudos foi a de abordagem qualitativa, com 29 artigos desse tipo. Apenas 1 artigo adotou uma metodologia qualitativa, e outros 2 artigos seguiram com uma abordagem mista em sua metodologia.

Como parte deste tópico, se fará uma apresentação das categorias, bem como as argumentações delas, para melhor compreensão acerca da temática da presente pesquisa, corroborando com o movimento em voga.

MOVIMENTOS SOCIAIS

É notório a participação dos movimentos sociais nas lutas por espaços de falas e direitos impulsionando a política para, assim ocupar aquilo que lhe é direito, uma vez que como cidadãos brasileiros, possuem direitos e garantias fundamentais inscritos na constituição brasileira. Os autores Aragusuku e Lopes (2018), explicitam que a organização de movimentos LGBT, os quais foram e são atuantes na realidade regional, propiciaram um cenário político mais favorável para a criação de ações governamentais voltadas para a promoção de cidadania e combate à discriminação.

Destarte, o movimento LGBT, tem papel de fundamental importância nas políticas públicas voltados à essa comunidade, em especial, no governo Lula, com temáticas admitidas nos espaços do Ministério da educação, acerca da diversidade sexual e de gênero. O movimento luta, constantemente, pelo reconhecimento dos direitos concernentes as sexualidades que foram menosprezadas e marginalizadas ao longo do tempo, e que, infelizmente, perduram, apesar dos avanços (GARCIA & BIZZO, 2018).

Dentre várias tentativas de inclusão, o movimento articulou, em busca pela igualdade, previsão no projeto de lei nº 8035/2010 enviado ao senado em 2012, no qual continha a diretriz que indicava “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual [...]” Brasil (2012 *apud* GARCIA e BIZZO, 2018), contudo, esta foi desrespeitada, o que indica a crescente voz de grupos conservadores, os quais ofuscam, menosprezam e degradam as mais diversas pautas que consideram contrárias ao seu estilo de pensamento.

Esse embate entre conservadores e o movimento LGBT sempre existiu e sempre foram pautados por discursos contraditórios. Segundo Moreira (2016), o grupo religioso considera o movimento LGBT como ameaça aos ‘princípios norteadores da família’, algo de extrema notoriedade, para além dos autores selecionados, uma vez que perpassa o tema. Garcia e Bizzo (2018) destacam que a realidade é exatamente o contrário, o que os movimentos querem, não é acabar com as famílias, mas terem direito de serem e

formarem uma, não é ‘transformar’ alguém, mas ter a liberdade para ser, ainda que em divergência à um padrão de normalidade. Os autores ainda relatam a existência de um enfraquecimento da educação, em especial, da escola, no que diz respeito aos temas acerca de gênero e diversidade, bem como ao combate do preconceito, da discriminação e da homofobia, questões estas as quais já haviam alcançado progressos nas últimas décadas pela luta do movimento LGBT.

EDUCAÇÃO

Ao entrar no campo da educação, o ensino sobre sexualidade aparece como temática central das discussões, ao passo em que foi capaz de promover reflexões acerca da condução de uma prática voltada à heteronormatividade do corpo, além da padronização de gênero, nas escolas brasileiras (MALTA; FLEXOR; COSTA, 2020; TORRES; SARAIVA; GONZAGA, 2020; ALMEIDA e SOARES, 2021), mesmo que o diálogo sobre novas formas de ensino em relação aos conteúdos pertinentes a essas esferas estejam presentes em abundantes discussões, inclusive naquelas orientadas à políticas públicas e planos de educação (ARAGUSUKU e LOPES, 2018; VIANNA e BORTOLINI, 2020).

A escola foi reconhecida como uma instituição social de características ambíguas dado suas possibilidades de ora atuar como reprodutora de um conservadorismo oriundo de outras instituições sociais, com riscos potenciais ao desenvolvimento de um ambiente violento (DINIS, 2011; LUNA, 2017), e, ora projetar uma nova formatação de um ensino pedagógico voltado à tolerância, respeito e liberdade para a produção de quaisquer tipos de identidade (SIERRA e CÉSAR, 2014; COELHO e CAMPOS, 2015; PINHO e PULCINO, 2016).

Contudo, a perspectiva da construção de uma educação democrática e emancipatória em que as temáticas de gênero e sexualidade contribuam para a visibilidade dos sujeitos LGBT+ na sociedade desfazendo gradativamente a segregação associada à essa população é lançada com certo pessimismo, uma vez que a principal mudança para conceber um plano de educação adequado, a da consideração de uma sexualidade infantil, é contestada veementemente no cenário conservador brasileiro. Não obstante as mudanças necessárias devem vir acompanhadas não apenas no nível das instituições escolares, sobretudo devem aparecer numa esfera macrossocial movida

por forças ético-políticas, que em sua maioria são impulsionadas pelos movimentos sociais (VIANNA, 2015; SILVA e BARBOSA, 2018).

VIOLÊNCIA

A violência têm sido algo de expressiva notoriedade ao se falar desse movimento em específico, que desde sempre, teve a violência atravessada em suas lutas históricas, esta que vai desde “piadas” e comentários, até a própria violência física, os quais produzem vulnerabilidades sociais e psicológicas, submetendo esses indivíduos à experiência da injúria e tornando-os alvos de marcações sociais de diferença as retiram suas potencialidades de existência, bem como de seus corpos Peres (2011 *apud* ALMEIDA e SOARES, 2021).

A sexualidade adentra o contexto escolar pois ela faz parte das pessoas, e embora há uma legislação a qual tem previsão da abordagem de sexualidades bem como da educação sexual, o que ocorre na prática, é a falta de espaço para adentrar desses temas nos muros escolares (ALMEIDA e SOARES, 2021). Quando há uma legitimação de determinadas identidades e práticas sexuais, há uma repressão e marginalização das demais reprime, o que acontece nessa produção das heterossexualidades, sendo acompanhada pela rejeição das outras, se expressando no preconceito declarado ou disfarçado. Assim, a escola é um espaço reprodutor de violência, contra o que se entende por identidades de gênero e orientações sexuais. Espaço este, que por ser permeado por saberes, são fontes e espaços de compreensões e a escola é uma das instituições as quais desempenham um forte controle heteronormativo, estando está presente em discursos, silêncios e práticas (PINHO e PULCINO, 2016).

O contexto atual da educação no Brasil, se encontra em retrocesso, ainda mais por serem representados por um governo que, além de estar cortando verbas para a educação, compactua com projetos de censura da liberdade de expressão e do controle repressivo aos projetos de educação, atacando aquilo que se entende por educação crítica. Assim, a escola tem sido projetada pelo conservadorismo extremo o qual se encontra no poder e que não apresenta espaço para temas os quais abordam diversidades, abrangendo uma educação democrática, havendo, pois, um avançar na violência para com esses grupos divergentes os quais haviam conseguido espaço, e agora encontram-se permeados por repressões (ALMEIDA e SOARES, 2021).

Mas apesar dos ditos anteriores, houveram políticas mais recentes as quais obtiveram impacto em relação à agenda nacional de políticas públicas LGBT, tais como a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra LGBT (2013); do Comitê Interministerial de Enfrentamento à Violência Contra LGBT (2015); e da realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de LGBT (2016), os quais permeiam as mais diversas faces de violência sofrida por esse público (ARAGUSUKU e LOPES, 2018).

IDEOLOGIA DE GÊNERO

A ideologia de gênero é apresentada como um elemento alarmante em função do caráter repressor associado ao tratamento errôneo do público conservador em discernir sobre as reais intenções do argumento proposto pelas discussões a respeito dos estudos sobre gênero (ARAGUSUKU e LOPES, 2018). O termo pode ainda ser utilizado como uma ferramenta coadjuvadora de retrocessos, quando a desinformação atua no controle dos mecanismos midiáticos em que se produz censuras em matérias e conteúdos relacionados, principalmente, às pautas LGBT+ (GARCIA e BIZZO, 2018; MALTA; FLEXOR; COSTA, 2020).

Nota-se um processo de distorção na luta dos movimentos sociais, sobretudo do feminista e LGBT, quando a ideologia de gênero aparece como um aparato destrutivo da organização familiar conservadora por estar velado a má interpretação de uma mudança abrupta nas crianças e jovens que tiverem contanto com essas temáticas, até mesmo direcionar medidas legais quando forem encontradas evidências de sua inclusão nos materiais direcionados ao público infantojuvenil (LUNA, 2017; TORRES; SARAIVA; GONZAGA, 2020).

Mediante o avanço conservador é possível conjecturar sobre os assuntos relacionados à integração do espaço destinado ao gênero e sexualidade nas políticas de educação em virtude da existência de obstruções para o estabelecimento de tal vínculo, particularmente elucidada através da apropriação do termo supracitado. Embora haja o reconhecimento dos movimentos sociais nessa tênue contenda educacional ainda é primordial a articulação do Estado para que os planos de educação estaduais possam operar de modo harmonioso e não conflitante para as questões de gênero, mesmo que as singularidades de cada região entrem nesse processo (VIANNA e BORTOLINI, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado e debatido, tendo em vista as publicações encontradas e analisadas sobre o tema, podemos observar um cenário marcado pelo retrocesso. Apesar do reconhecimento de que o movimento LGBTQ+ contribuiu, e contribui, significativamente para a educação em caráter inclusivo, democrático e esclarecedor sobre os mais diversos grupos e espaços, há de salientar as violentas repressões que tem sofrido, face de uma conjuntura atual, fortemente conservadora, embasada em ideias religiosas segregacionistas.

Observamos os tensionamentos propostos pelo movimento LGBTQ+, expressos nas políticas públicas e nas disputas dentro dos espaços institucionalizados da escola. A educação entra neste debate como palco destes tensionamentos, tendo em vista sua importância para a formação e desenvolvimento dos sujeitos. Os artigos encontrados mostram o papel ambíguo desempenhado pela escola, que aparece tanto impulsionando quanto apagando as discussões propostas pelo movimento.

No entanto, não se pode haver ações decisivas tomadas de forma subjetiva, as quais não contém significado ético-político, semelhante as ações da política de educação brasileira que carecem de instrumentalidade, por estarem associadas ao domínio de uma maioria opressora. O gênero humano é e se faz presente em todos, tendo consciência ou não, e o diferente se encontra nessa notoriedade por causa do estranhar e alienação que foi entranhado na sociedade. Todavia, essa consciência faz elevar a subjetividade singularizada do ser LGBTQ+ em si, para subjetividade objetivada do ser LGBTQ+ para si.

Assim, o presente artigo contribui na elucidação dos fatos históricos, e nos motivos de suas estagnações no contexto educacional brasileiro, bem como, a necessidade de se ressurgir, fazendo parte, também, daquilo que entendemos pelas lutas históricas do movimento. Destacamos a complexidade do tema e a escassez de produções na área, indicando a relevância de estudos como esse, com o objetivo de articular e ampliar os debates desenvolvidos na área, bem como a necessidade de elaboração de novas pesquisas e publicações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. L.; SOARES, R. R. **Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021.
- ALONSO, A. **As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova: São Paulo, p. 76: 49-86, 2009.
- ARAGUSUKU, H. A.; LOPES, M. A. S. **Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: Uma década de avanços e retrocessos (2007-2017).** Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana, n. 29, p. 147-171, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- COELHO, L. J.; CAMPOS, L. M. L. **Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos.** Ciência & Educação, Bauru, v. 21, n.4, p. 893-910, 2015.
- DINIS, N. F. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência.** Educar em Revista, Curitiba, n. 39, p. 39-50, 2011.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.
- FACCHINI, R. **Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro.** Bagoas – Estudos Gays: Gênero e Sexualidades, v. 3, n. 4, p.131-158, 2009.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** Campinas: Editora Autores Associados, 2018.
- GARCIA, P. S.; BIZZO, N. **O Processo de elaboração dos planos municipais de educação na região do grande ABC.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 337-362, 2018.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, 2011.
- LUNA, N. **A criminalização da “ideologia de gênero”: um debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015.** Cadernos Pagu, v. 50, 2017.
- MALTA, R. B.; FLEXOR, C. L. O.; COSTA, A. A. N. **Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+.** Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 61, 2020.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTEIRO, S. S.; VARGAS, E. P.; CECCHETTO, F. Sexualidade, gênero, classe e cor em espaços de sociabilidade homoerótica juvenil carioca. In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008, Porto Seguro.

MOREIRA, J. **Janelas Fechadas: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G M. F. **Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático**. Educar em Revista, Curitiba, n. 39, p. 51-71, 2011.

PINHO, R.; PULCINO, R. **Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGTTT**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 665-681, 2016.

SANDOVAL, S. A. M.; SILVA, A. S. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a psicologia política dos movimentos sociais. In: **Psicologia, políticas e movimentos sociais**, 2016.

SIERRA, J. C.; CÉSAR, M. R. A. **Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação**. Educar em Revista, Curitiba, n.1, p, 35-51, 2014.

SILVA, P. M. G.; BARBOSA, K. S. **Do eclipse ao raiar do para si LGBT na política educacional brasileira**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 564-573, 2018.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L.; PASSADOR, L. H.; FACCHINI, R. Convenções de gênero, raça e idade em lugares de sociabilidade homoerótica em São Paulo. In: **Seminário Internacional Debates contemporâneos sobre raça, etnicidade, sexualidade e gênero**, FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

TORRES, M. A.; SARAIVA, I. M. M; GONZAGA, R. M. **Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, 2020.

VIANNA, C. P. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. **Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 46, 2020.

VERGILI, G. E.; BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. **Institucionalização e descentralização do movimento LGBT no Brasil**. Psicologia Política, São Paulo, v. 15, n. 34, p. 563-585, 2015.